A CIÊNCIA DA COMPLEXIDADE CONTRA ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: ANÁLISE DO DESEMPENHO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE COMANDOS OPERACIONAIS E DE AUTORIDADES EXTERNAS

Anderson Santana da Silva¹

Thiago Fernandes Luz²

Gilberto Protásio dos Reis³

RESUMO

Neste artigo, exploram-se algumas das potencialidades do conceito acadêmico de objeto complexo, para a melhor compreensão de interações entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Poder Judiciário, todos eles mirando o tema das organizações criminosas. Procurou-se verificar qual a efetividade do enfrentamento destas, por esse conjunto de atores institucionais, na capital do Mato Grosso, coletando-se para isto as percepções dos Comandantes de Batalhões e dos Chefes de Agências de Inteligência das mesmas Unidades Policiais. Trabalhou-se com a hipótese de que os participantes da pesquisa percebem de igual modo esse objeto complexo. O método de abordagem foi o hipotético-dedutivo e o método de procedimento foi quali-quantitativo, com aplicação de questionário on-line na plataforma Google Forms. Os resultados permitiram verificar que a hipótese foi apenas parcialmente confirmada.

Palavras-chave: Teoria da Complexidade. Objetos complexos. Inteligência de Segurança Pública. Comando de Unidades operacionais. Organizações criminosas.

ABSTRACT

In this article, we explore some of the potentialities of the academic concept of complex object, for a better understanding of interactions between the Military Police, the Civil Police, the Public Ministry, the Brazilian Bar Association and the Judiciary, all of them targeting the topic of criminal organizations. It was tried to verify the effectiveness of the confrontation of these, by this group of institutional actors, in the capital of Mato Grosso, collecting for this the perceptions of the Commanders of Battalions and of the Chiefs of Intelligence Agencies of the same Police Units. We worked with the hypothesis that the research participants perceive this complex object in the same way. The approach method was hypothetical-deductive and the procedure method was quali-quantitative, with the application of an online questionnaire on the Google Forms platform. The results showed that the hypothesis was only partially confirmed.

Keywords: Complexity Theory. Complex objects. Public security intelligence. Operating Units Command. Criminal organizations.

¹ Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO/EGSP/PMMT/2021, da Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV.

² Capitão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais CAO/EGSP/PMMT/2021, da Academia de Polícia Militar Costa Verde - APMCV.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro-MG. Prof. Orientador do artigo.

INTRODUÇÃO

O trabalho de desarticulação de organizações criminosas passa pela atenção aos sujeitos institucionais que coexistem com a Polícia Militar e, mesmo sem serem criminosos, nem sempre cooperam para o alcance dos fins buscados pela Corporação. Olhar para isso como objeto da ciência convida a pensar sobre a melhor teoria que ajude a fazer a investigação dessa coexistência.

A “teoria da contextualização” é uma forma de observar a realidade tratando os contextos culturais como sistemas complexos e completos, cujo uso é feito visando satisfazer necessidades essenciais das pessoas que estejam em busca de respostas a respeito de aspectos profundos da sua existência. Lesslie Newbiggin (NEWBIGGIN, 1977), Stephen B. Bevans (BEVANS, 1992), Paul G. Hilbert (HILBERT, 2009) e David J. Bosch (BOSCH, 1991), dentre outros, buscam utilizar tal esquema de investigação para compreender a prática de missões religiosas de comunicação do Evangelho cristão. Para o estudo de objetos complexos nem sempre é suficiente a referida teoria, porque alguns elementos buscam anular a própria existência de outros e tentam inviabilizar o êxito do trabalho da maioria.

As facções criminosas tornaram-se uma realidade na sociedade brasileira, onde ao decorrer dos anos percebe-se que a sua ampliação em domínio territorial, principalmente nas periferias das cidades e presídios brasileiros, ganha cada vez mais adeptos e conseqüentemente aumenta seus integrantes/faccionados. Devido, a o enfrentamento às facções criminosas, que por vezes encontram-se bem mais organizadas e com articulações em vários segmentos ilícitos e lícitos, é um grande desafio para as instituições de Segurança Pública em todo o território nacional. Mato Grosso não diverge desta realidade.

Devido a isso, tem-se a necessidade da realização de estudos que possibilitem um diagnóstico do panorama atual dentro do Estado. Na Polícia Militar, o público de Comandantes de Unidades Operacionais e o de Chefes de Agências de Inteligência dessas mesmas organizações internas à Corporação encontram-se situados na estrutura corporativa em posições privilegiadas de contato com aspectos mais profundos da luta contra a criminalidade.

Os primeiros (Comandantes de Unidades) lidam com um ambiente de variados atores: externamente, há os integrantes do Poder Judiciário, tanto os que cuidam em regime de plantão, das sessões de audiência de custódia onde são levados os indivíduos que o policiamento prenda ou apreenda, como os que estão fixos na função de administradores da Execução Penal. Há também os membros do Ministério Público, que podem tanto apoiar como denunciar e em certo sentido invalidar os esforços do policiamento que esses Comandantes representem. Os Delegados da Polícia Civil completam esse arranjo estatal de forças fora do controle da PMMT, que são vitais para o sucesso no combate às organizações criminosas.

Fora do Estado, mas agindo nos ambientes do Judiciário, encontram-se os integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, defendendo interesses dos seus clientes, que são dominados e conduzidos pela Polícia Militar às tais audiências ou às Delegacias. Não bastasse isso, os mesmos Comandantes dependem, para o êxito de suas investidas institucionais contra a criminalidade, da qualidade do registro administrativo feito pelos seus comandados na atividade-fim.

Já os segundos (os Oficiais de Inteligência), têm as referidas organizações criminosas fixadas como alvos de estudo, de observação discreta, de mapeamento das táticas de ocupação do território policiado pelas Unidades. Tal acompanhamento se dá por meio da produção de levantamentos e de documentos típicos da Inteligência de Segurança Pública (informes, informação, apreciação e estimativa), bem como pela interação pontual, específica e direta com equipes definidas pelos mencionados Comandantes, quando do desencadeamento de operações em que a Inteligência funciona como guia oculto de onde, como e por que agir, para que o policiamento seja eficiente e não sofra baixas decorrentes de enfrentamentos que o Oficial de Inteligência possa ter previsto e ajudado a tropa a contornar.

Essa descrição genérica sobre o que acontece na realidade cotidiana dos Comandantes de Unidades operacionais e dos Oficiais de Inteligência que os assessoram significa, para a Polícia Militar, o âmbito da montagem das suas estratégias de ação. Isso, do ponto de vista teórico, pode ser alvo das atenções dos cientistas da Teoria da Complexidade, porque “Levar a complexidade em consideração ao montar estratégias de ação é o fundamento do campo das estratégias

complexas ou gestão de complexidades (complexity strategies, complexity management), notadamente desenvolvido no campo da administração [...].” (FOLLONI, 2016, p. 28-29).

Existe então um objeto complexo que tem por elementos vários atores, tanto internos como externos à Polícia Militar, que pode ser estudado utilizando-se a Ciência da Complexidade para o combate às organizações criminosas. E uma das formas de compreender em que medida os aspectos desse objeto funcionam, à altura do que seja necessário à produção de efeitos contra a criminalidade, é prestar atenção ao assessoramento e à ação de Inteligência contra o crime organizado.

Este artigo resulta da necessidade de realizar estudos sobre as facções criminosas dentro do estado de Mato Grosso, tendo em vista que há um certo domínio das facções em todo o território do Estado, principalmente nas periferias e centros prisionais. E para isso, há a necessidade de entender quais os aspectos diretos e indiretos, tanto os controlados pela Polícia Militar como aqueles que dependem do relacionamento desta com outras organizações estatais e com os profissionais do Direito que fazem de tudo para desmontar o serviço do policiamento e anular os esforços da Inteligência de Segurança Pública, isto é, agem sobre falhas observáveis no registro administrativo produzido pela Polícia Militar, o mesmo podendo ser dito dos próprios infratores da lei, que estão diuturnamente, às vezes, até de dentro dos presídios, articulando-se para que seja bem-sucedida a implementação, aceitação pela criminalidade e sua expansão territorial.

Ao realizar os estudos, pode-se fazer um diagnóstico sobre como os Oficiais da PMMT percebem esse objeto complexo com o qual lidam e assim possibilitar a implementação de ações que possam enfraquecer/mitigar o domínio de organizações criminosas atuantes no tráfico de drogas, dentro do estado de Mato Grosso.

Ao utilizar a Teoria da Complexidade para abordar a temática que envolve Inteligência de Segurança Pública, voltada ao enfrentamento as facções criminosas presentes no município de Cuiabá, torna-se necessário realizar um diagnóstico sobre o que facilita e o que prejudica o combate a essas facções, nos pontos desse objeto complexo em que se situam os juízes de Direito, os promotores

de Justiça, os advogados, os redatores de ocorrências policiais e os Oficiais de Inteligência. Fazer isso, pode servir de importante complemento à análise dos dados estatísticos relacionados à execução das operações de Inteligência no enfrentamento a elas.

Diante disso, trabalhou-se com as demarcações metodológicas indicadas a seguir: a pergunta de pesquisa norteadora foi relativa a qual a efetividade do enfrentamento da Polícia Militar às organizações criminosas presentes em sua área de circunscrição, diante dos fatores de apoio e de contratempos inerentes aos atores que compõem esse objeto complexo. A hipótese levantada foi de que ambos os públicos pesquisados (Comandantes de Batalhão e Oficiais de Inteligência) concordam sobre o funcionamento do objeto complexo integrado pelos demais atores institucionais, no tocante ao combate às organizações criminosas atuantes na cidade de Cuiabá/MT.

Os objetivos traçados foram de analisar a percepção de gestores (Comandantes de Unidades operacionais e Oficiais chefes de Agências de Inteligência) sobre aspectos favoráveis e desfavoráveis inerentes ao conjunto dos atores intervenientes nas ações desenvolvidas de enfrentamento às facções criminosas no estado de Mato Grosso.

Mais especificamente, o objetivo geral foi diagnosticar o funcionamento do objeto complexo que a PMMT coadministra para o combate às organizações criminosas atuantes no município de Cuiabá, ao passo que os propósitos específicos foram quatro: primeiro, caracterizar alguns pontos de diálogo conceitual entre Inteligência de Segurança Pública (ISP) e a Teoria da Complexidade; segundo, coletar a percepção dos Comandantes de Unidades a respeito da relevância da atividade de Inteligência do Batalhão respectivo, para o combate contra organizações criminosas pela tropa por eles comandada, bem como sobre a significatividade do desempenho dos atores institucionais externos à Polícia Militar, referentes ao objeto complexo coadministrado por eles, e ainda, sobre a influência da qualidade do trabalho dos redatores de boletins de ocorrência, no nível de dificuldade encontrado pelos advogados dos infratores da lei presos pela tropa.

O terceiro objetivo específico consistiu em não apenas captar a percepção do outro grupo de respondentes a respeito do mesmo elo entre redação de boletins e trabalho dos membros da OAB, mas também caracterizar a participação da Inteligência de Segurança Pública, na sua interface com a figura dos titulares de Batalhões². O quarto e último objetivo foi o de produzir algumas reflexões destinadas a subsidiar propostas de aprimoramento da participação da Polícia Militar na coadministração do objeto complexo estudado.

Além das balizas metodológicas acima indicadas, considerou-se que toda produção científica é norteada por um conjunto de métodos elaborados de acordo com o objetivo do trabalho, sendo específicas a forma de coleta de dados, análise das informações obtidas e pesquisa realizada. De acordo com Lakatos e Marconi (2009), o método visa resolver determinado problema, testando hipóteses, e que “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pelas hipóteses” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 253).

Nessa linha de raciocínio, o método foi o hipotético-dedutivo. Segundo Folloni (2016), os objetos complexos requerem um tipo específico de metodologia que possibilite estudá-los na desordem, na inconstância e na imprevisibilidade. Na presente pesquisa, procurou-se concretizar essa prescrição metodológica do seguinte modo: enxergando como um só objeto complexo aquele formado pela Polícia Militar⁴, Polícia Civil⁵, Poder Judiciário⁶, Ministério Público⁷ e Ordem dos Advogados do Brasil⁸. Juntos, eles formam, metaforicamente, uma figura geométrica

⁴ Comandantes de Batalhão sediados em Cuiabá/MT e os Chefes de Agências de Inteligência das mesmas Unidades.

⁵ Delegados em geral lotados em alguma Delegacia que receba ocorrências iniciadas pela Polícia Militar, toda vez que esta realiza alguma prisão ou apreensão relacionada ao tráfico de entorpecentes na capital de Mato Grosso.

⁶ Entendido aqui, restritivamente, como limitado ao setor de audiências de custódia e ao de execução penal.

⁷ Tomado apenas como sinônimo de segmento estatal de proteção dos direitos humanos.

⁸ Considerada aqui como adstrita ao profissional do Direito que se encarrega de patrocinar, isto é, representar em juízo o acusado da prática de algum delito em função do qual a Polícia Militar tenha procedido a prisão; esse advogado, no objeto complexo, é representativo somente no sujeito profissional, cuja razão de existir e de trabalhar pelo seu cliente centra-se na atitude permanentemente detalhista de tentar identificar nos registros administrativos sobre o fato motivador da condução do acusado a uma Delegacia de Polícia Civil, durante o atendimento da ocorrência policial pela PMMT.

representável por um poliedro em cujos nódulos fica localizado cada componente institucional desse mesmo objeto complexo.

Diante disso, o método de abordagem foi uma combinação de traços do enfoque tipológico e do hipotético-dedutivo, sendo que o primeiro se concretizou nesta pesquisa mediante um tipo ideal. Este encontra-se aqui considerado como significativo de um conjunto de atos praticados pelos atores institucionais envolvidos em cada fluxo de trabalho que há nas respectivas ocorrências policiais.

Cada evento complexo e de longa duração, cujos pontos-chaves correspondem aos “nódulos” ou vértices do poliedro imaginário, aqui tomado como imagem de um objeto complexo, começa na produção de conhecimentos pela Agência de Inteligência da PMMT, passa pela transformação do saber formal ou informal com que ele assessora o Comandante da Unidade, em uma mobilização de alguma equipe atuante no policiamento, vira uma decisão de realizar o aprisionamento de certa pessoa ou grupo envolvido com o tráfico de entorpecentes, vai para uma sala de audiência de custódia num fórum ou para uma Delegacia de Polícia Civil, onde é tal fluxo convertido em uma decisão de reforço do trabalho dos policiais militares ou em uma desqualificação dele, em seguida, chega ao Ministério Público, onde enseja um aplauso ou uma crítica ao labor específico do policiamento e avança para a condição de uma sentença condenatória ou uma anulação do esforço operacional da Polícia Militar.

Por fim, esse fluxo caracterizador da vitalidade e dinamismo do que acontece dentro do objeto complexo consolida-se com a ação administrativa e fiscalizatória do juiz da Vara de Execuções Penais, o qual ou coopera e ratifica a intenção da Polícia Militar de que preso cumpra a sua pena em regime fechado e fique fora de circulação, ou desabona a pretensão dos policiais militares e trata de logo fazer o condenado regressar ao mesmo ambiente propiciador da conduta delitiva que houvera sido, no início do fluxo, identificada, sistematizada e comunicada pelo Chefe da Agência de Inteligência ao seu Comandante de Batalhão.

O método de procedimento foi a pesquisa de campo, combinada com uma abordagem bibliográfica sobre a Teoria da Complexidade. A técnica utilizada consistiu na aplicação de questionários idênticos aos Comandantes de Unidades

operacionais e aos Oficiais de Inteligência respectivos, lotados em batalhões da Polícia Militar, sediados na cidade de Cuiabá-MT. Portanto, o universo da pesquisa abrangeu todos os gestores públicos formalmente designados nas funções respectivas de comandar Batalhão e de chefiar o funcionamento da respectiva agência de local de Inteligência.

Para a realização da coleta de dados, utilizou-se o Google Forms. Ao primeiro público (Comandantes de Unidades), foram dirigidos enunciados que visaram fazê-los refletir sobre os demais atores institucionais do fluxo decisório interno ao objeto complexo, relativo ao combate às organizações criminosas, porém não houve em momento algum a solicitação de que pensassem acerca de algum caso ou ocorrência específica.

Ao segundo grupo de participantes da pesquisa, foi indagado sobre o que se passa no fluxo entre produção de saberes típicos da atividade de Inteligência (informe, informação, apreciação e estimativa) e a transformação disso em resultados operacionais, por meio de equipes que estão fora da chefia direta dos respondentes dessa outra leva de questionários. Levou-se em conta, no caso específico desses respondentes, o fato de eles possuírem condições de avaliar o desempenho de todos os atores institucionais envolvidos em cada fluxo decisório caracterizador das dinâmicas do objeto complexo.

Antes da remessa aos públicos, o questionário passou pelo crivo do Comitê de Pesquisa, em razão de envolver seres humanos, e cada respondente conheceu e assinou, de modo preliminar, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Houve também um pré-teste do instrumento de pesquisa, após o qual este foi aplicado nas atividades de coleta de percepções dos dois públicos (Comandantes de Batalhão e Oficiais de Inteligência) no “campo”.

Diante disso, realiza-se a seguir uma reflexão sobre organizações criminosas, quanto a como elas podem ser vistas a partir de alguns conceitos que sustentam teoricamente a atividade de ISP, tendo em vista preparar as apreciações para um estágio seguinte, no qual é feita uma apreciação do poder explicativo da Teoria da Complexidade para se estudar o objeto escolhido para esta pesquisa.

AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E A INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

As organizações criminosas estão presentes em todo o território nacional, e durante décadas foi observado um crescimento exponencial dessas organizações. Durante vários anos, houve dificuldade entre os doutrinadores brasileiros em conceituar a organização criminosa no país, e somente no ano de 2013, entra em vigor a Lei nº 12.850 (BRASIL, 2013), que definiu o conceito de organizações criminosas como sendo a união contumaz de pelo menos quatro pessoas para um fim ilícito apenado com mais de quatro anos, ou transnacional.

No Brasil atualmente existem mais de 80 (oitenta) organizações criminosas identificadas, espalhadas em todos os estados brasileiros, principalmente nos grandes centros urbanos, porém algumas se destacam mais, devido a sua dimensão e crimes de repercussão, dentre as quais são: Primeiro Comando da Capital (PCC), com origem em São Paulo; Comando Vermelho (CV), origem no Rio de Janeiro; Família do Norte (FDN), origem no Amazonas; Okaida (OKD), origem na Paraíba; Bonde dos 40 (B40), origem em São Luís - MA; Terceiro Comando Puro (TCP), origem no Rio de Janeiro; Terceiro Comando da Capital (TCC), origem no Rio de Janeiro. Não é objetivo neste artigo investigar nenhuma delas ou sua interiorização, composição, modus operandi ou qualquer outro item, senão o fato de serem a razão de existir de um conjunto de sujeitos institucionais, externos a elas.

No estado de Mato Grosso, a organização criminosa predominante é o Comando Vermelho (CV-MT), com estimativa de aproximadamente quinze mil faccionados, porém, apesar do nome, não há vínculo ou subordinação à organização criminosa carioca. Em Mato Grosso, os integrantes da organização criminosa atuam em diversas modalidades criminosas como o tráfico de drogas, roubos e furtos de veículos, roubos de cargas, furtos qualificados contra instituições financeiras, roubos em geral, tráfico de armas, crimes cibernéticos (golpes via Internet) e homicídios (“salves”).

A organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) também se faz presente no estado de Mato Grosso, porém tem uma atuação menos expressiva com uma estimativa de aproximadamente seiscentos indivíduos faccionados. Porém

a organização criminosa tem vínculos com a organização criminosa Paulista, e age como uma célula da organização dentro do estado.

Essas organizações criminosas representam um desafio para os órgãos de Segurança Pública, e o setor que mais dedica atenção a isso é o de Inteligência. Criado em dezembro de 2000, pelo Decreto Presidencial nº 3.695/2000, pautado pela lei de criação do Sistema Brasileiro de Inteligência (§ 2º, art 2º da Lei nº 9.883/1999), o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública Federal, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, cabendo aos integrantes do Subsistema, no âmbito de suas competências, identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de Segurança Pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

Em recorrência dos documentos legais já citados anteriormente, foi estabelecido que os órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal também poderiam integrar ao Subsistema de Segurança Pública Federal. No estado de Mato Grosso, foi elaborada a Lei nº 9.678/2011, e assim foi criado o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso – SISP/MT, e tendo como órgão central a Secretaria de Estado e Segurança Pública. Vinculados ao SISP/MT, ficaram o Subsistema de Inteligência da Polícia Judiciária Civil, Subsistema de Inteligência da Polícia Militar, Subsistema de Inteligência do Corpo de Bombeiros Militar, e demais Subsistemas de Inteligência que poderiam ser criados no âmbito da Segurança Pública do Estado.

No Subsistema de Inteligência da Polícia Militar, inclui-se a Agência Central de Inteligência como órgão central, criada pelo Decreto nº 3.128, de 18 de maio de 2004, que posteriormente ganha-se o status de Diretoria pela Lei complementar nº 386, de 5 de março de 2010, que dispõe sobre a estrutura e organização básica da Polícia Militar.

A Inteligência de Segurança Pública é crucial ao planejamento estratégico relativo a como o combate a organizações criminosas acontece. A inteligência estratégica é uma ferramenta cujo escopo é assessorar o tomador de decisão, em alto nível dentro da instituição a qual pertence, por meio de conhecimentos elaborados por metodologia específica que resulte em implicações a longo prazo.

Feitas essas ponderações, já é possível tratar de como a teoria dos objetos complexos ajuda a compreender o fluxo laboral que engloba as várias pessoas institucionais abrangidas pelo que se escolheu abordar neste artigo.

A TEORIA DOS OBJETOS COMPLEXOS E SEU PODER EXPLICATIVO

A palavra ciência possui, como sinônimo, a ideia de atividade organizada de uso do raciocínio para identificar padrões existentes na realidade do mundo, de acordo com Carvalho (2020). Cada ramo da ciência corresponde a um determinado recorte da realidade ao qual os pesquisadores respectivos dedicam atenções. O vocábulo objeto significa, para os tais investigadores, a coisa sobre a qual se deseja saber algo, pertencente ao âmbito de pesquisa investigado.

Pelo método desenvolvido por Aristóteles (1984), quatro séculos antes do início da era de Cristo, um objeto é a coisa sobre a qual o observador queira fazer um estudo, mediante um ato de correspondência em que as ideias que o estudioso desenvolva sejam coerentes com as características da coisa a ser estudada. Aristotelicamente, então, será verdadeiro o observador afirmar que seja o que de fato é, e falsa, a assertiva do pesquisador de que não seja o que na realidade se mostre o oposto de tal alegação. O objeto é, nessa definição, aquilo que corresponde no mundo real, não imaginário, ao que tenha sido percebido e descrito como tal, fielmente, pelo observador.

O estudo de objetos complexos vem ganhando força no âmbito das comunidades científicas, a ponto de já se falar em uma Ciência da Complexidade: na Bioquímica, isso deu ensejo às “complexidades irreduzíveis”, que são mecanismos de funcionamento de certas funções dos organismos vivos, formados por diversos elementos que só “funcionam” após completada a montagem automática de várias “peças”, sendo apontado como exemplo mais típico o mecanismo da coagulação sanguínea.

Neste, irrompido um ponto de sangramento, desencadeia-se sem qualquer comando prévio uma sequência de particularidades em forma de “peças” que vão chegando ao local rompido, as quais vão sendo “montadas” de modo auto-

organizado, para só então entrar em funcionamento algo novo que advém da presença coexistente dessas “peças”. Controlado o sangramento, o conjunto de elementos desaparece do local, como se nunca tivesse existido (ALLEN, 2010; BEHE, 1997).

Na Sociologia, os objetos complexos recebem atenção quanto às interfaces entre ciências da vida e as da natureza, com a da sociedade, que conformam uma grande infraestrutura da produção de conhecimento científico, no qual a complexidade das informações que circulam entre os integrantes das redes consiste em um dos elementos para observação dos padrões que unem os vários agentes envolvidos (FLORIANI, 2005).

Nas Ciências Sociais (que abrangem um campo bem maior que o da Sociologia, pois contemplam também a História, a Antropologia, a Ciência Política e outras), o estudo de objetos complexos diz respeito à compreensão das ações e reações potenciais que ocorrem entre agentes cuja qualidade e poder de produzir impacto nos outros é tão significativa que não se pode estudá-los pela simples procura do comportamento médio (FOLLONI, 2016).

Assim, sistemas complexos são aqueles arranjos de interações entre agentes dotados de autonomia e cujo relacionamento ocorre “[...] sem um comando consciente ou um planejamento determinado por uma autoridade [que exerça poder sobre todos eles] mas atuando por adaptação ao ambiente e às perturbações.” (FOLLONI, 2016, p. 37). Nesse contexto, a

Teoria da Complexidade (ou Teoria dos Objetos Complexos) toma por objetos de estudo a coerência, bem como a incoerência, a ordem a partir da desordem entre os envolvidos, o comportamento eventualmente gerador de caos e imprevisível do conjunto formado pelos agentes que o integram. (FOLLONI, 2016).

Em um sistema complexo, os seus componentes reagem de modo maleável, “[...] para adaptar-se a situações imprevisíveis ou a efeitos inesperados e, muitas vezes, incontroláveis. Isso leva a Teoria da Complexidade a servir de base para teorias sobre [...] estratégias de ação.” (FOLLONI, 2016, p. 27).

O estudo de temas é, por isso, equivalente ao do trato com objetos de conhecimento. Existe, porém, desde o século XVII, uma forma de lidar com esses

tipos de alvos denominada cartesianismo. Tal nome resulta da maneira como René Descartes (1596-1650) estruturou o que ele considerou fundamental para estudar os mais variados temas-objetos da ciência.

O método cartesiano consiste em se tomar como pressuposto válido o de que no lugar daquilo que na Filosofia se chama ente, sinônimo de coisa existente e de ser, possa colocar-se um substituto, que ele chamou de "cogito" ou dúvida metódica. A única certeza estaria, segundo ele, na da existência do pensamento, da consciência de pensar, e a partir daí poderiam tirar-se todas as demais convicções. Além disso, para bem conduzir o processo de investigação, cada objeto deveria ser partido em tantos aspectos quantos possíveis, tendo em vista uma agudização do saber, e a Matemática constituiria a base de todo raciocínio válido (DESCARTES, 2001).

Morin (2005a) resumiu o esquema cartesiano em três "princípios": o da disjunção ou separação dos campos do saber, o da redução, entendida como condicionamento da validade de algo apenas quando este pudesse ser medido e o da abstração, assim compreendida a busca por análises desprovidas de considerações físicas ou mesmo afetivas. Tais características, de acordo com mesmo autor, são negativas e dificultam estudar e compreender objetos que requeiram considerar fortemente o aspecto da participação humana, perceber a ordem e inteligibilidade presentes onde imperem interfaces de campos do saber e não sejam fundamentais ao estudo os aspectos quantitativos do objeto. A coisa complexa é, nesse contexto, para Morin (2005b), aquilo que se obtém ou se percebe a partir dos fios distintos que se unem formando apenas um, cruzando-se e se recruzando, inobstante manterem-se no alvo estudado a variedade e a diversidade.

Morin (2015) afirma que o modelo clássico de ciência é inspirado no paradigma desenvolvido por René Descartes, que ele, Edgar Morin, sintetiza em três princípios: o princípio da disjunção, pelo qual a eficiência de um estudo depende da separação entre campos do conhecimento; o princípio da redução, em razão de que só se considera válido aquilo que possa ser pesado, medido, tocado; e o princípio da abstração, em que as questões inerentes aos seres humanos são subestimadas e até ignoradas, gerando assim uma ciência sem consciência.

Em resposta aos transtornos e insuficiências que o paradigma de René Descartes produz, Morin (2015) propõe o uso de esquemas de observação da realidade que não sejam nem disjuntivos, nem redutores, nem desumanizantes. O nome genérico disso é, segundo ele, paradigma da complexidade. Reynoso (2015) afirma que o modelo explicativo de Edgar Morin apresenta algumas fragilidades, entre elas, a de ser muito genérico e aberto, sem dar a devida atenção aos avanços da ciência da complexidade, de que já se dispunha na época da concepção do paradigma por ele.

Entretanto, o esquema de Morin (2015) tem serventia para observar objetos complexos na Segurança Pública, porque, de fato, os campos abrangidos pelas Ciências Policiais não obedecem à lógica da separação entre campos do saber, pelo contrário, o sucesso das investigações temáticas ou pelo menos das ações e operações policiais militares contra a criminalidade exige um olhar holístico que contemple, ao mesmo tempo, o respeito às leis (Ciência do Direito), o bem raciocinar para desvendar artimanhas dos criminosos (Filosofia), o equilíbrio emocional para suportar pressão inerente ao risco profissional (Psicologia), a adequada estruturação logística e de pessoal para dar conta de lidar, por longos períodos, com sucessivas tentativas vindas de indivíduos isolados ou em grupos, contra a ordem pública (Ciência da Administração) e assim sucessivamente.

Um objeto complexo é, portanto, algo que se pode estudar, desde que fora do paradigma cartesiano e dentro daquele relacionado à Teoria da Complexidade, na qual se advoga que existem objetos cuja observação depende da negação implícita dos princípios da disjunção, da redução e da abstração cartesianas. Folloni (2016) afirma que um sistema complexo tem características que dependem de algumas peculiaridades, tais como a resiliência em relação à morte de algum dos componentes e relacionadas às alterações de configuração do conjunto, capaz de funcionar de modo caótico.

A perspectiva do observador é, pois, importante para pensar sobre objetos complexos, de acordo com Folloni (2016). Entretanto, isso implica não na aderência ao método cartesiano da disjunção, redução e abstração, conforme ressaltado por Morin (2005a), porque o objeto é complexo. Melendo (1997) traz razões adicionais

para o não uso do paradigma de René Descartes, ao afirmar que dele resulta um esvaziamento da noção de homem e o vazio moral, à medida que ao se pôr no centro da atividade científica a utilidade da coisa estudada, faz dos temas humanos algo onde os valores morais não importam.

O pressuposto do “cogito” cartesiano é o da supressão de qualquer existente pela dúvida metódica, para que tudo fique sob o jugo do poder da racionalidade. O método cartesiano suprime a equivalência clássica que havia entre ente e bondade, trocando-a pela utilidade, ao “[...] bien-para-mí, que lleva vinculada la negación de toda ética y genera, de forma inevitable, la despersonalización del ser humano.” (MELENDO, 1997, p. 26). Por causa disso, de acordo com Melendo (1997), o cartesianismo deu origem a várias filosofias, como a de Kant, Hegel e Marx, em razão das quais a consciência do indivíduo é colocada no lugar do ente, o pensar toma valor ontológico superior ao do existir, disso resultando na representação, evolução do espírito e evolução da consciência, respectivamente, como mais importantes do que o ser, que é estável, imutável.

René Descartes fez seguidores. Um deles foi Immanuel Kant. Este fez uma tentativa, que restou muito bem afamada pelos admiradores, de afirmar a impossibilidade de a mente humana ir à essência das coisas observadas, ou seja, ele negou o que o método aristotélico afirmava existir: a cognoscibilidade do real enquanto tal, livre de opiniões subjetivas. Conforme Wallon (2008), no enfoque kantiano, haveria uma limitação humana: “o conhecimento não pode atingir a realidade essencial das coisas. Ele [o homem] não teria acesso à coisa em si. Mesmo o conhecimento que o homem pode ter de si mesmo deixá-lo-ia ignorar seu ser real.” (WALLON, 2008, p. 11)

Na perspectiva kantiana, segundo Paine (2008), ele acreditou haver conseguido revelar “o mecanismo oculto de todo o pensamento humano.” (PAINE, 2008, p. 73). Ele fez isso apelando para algo cuja existência colocaria a ele, Immanuel Kant, como o único a ter sido capaz de perceber, usando seu cérebro, aquilo que os cérebros de todos os demais seres humanos não teriam, segundo ele, a capacidade de apreender: a essência das coisas. O alegado sucesso autoafirmado por Kant sobre seu propósito conspira, nesse contexto, contra a tal impossibilidade, porque pelo menos

ele conseguiu ir à essência de algo: o âmago do que um cérebro humano é ou não capaz de atingir. Portanto, diante dessa incoerência evidente, o pressuposto kantiano de que não seja possível a ninguém (exceto ele) captar o que passe do nível da aparência, do fenômeno, não serve para manejar objetos de ciência, justamente porque não é possível saber nada com certeza, a não ser o que Kant disse ter tido: a iluminação de perceber a essência da própria impossibilidade.

Deve-se, contudo, a René Descartes, pensador que antecedeu bastante essa ideia de Immanuel Kant, e que, segundo Melendo (1997), é o pai intelectual de toda uma linhagem de pensadores da qual Kant faz parte, que podem ser agrupados pelo nome de "modernos". Via de regra, continua Melendo (1997), todos foram valorizadores da primazia da consciência sobre o ente e o ser. Kant (1990) afirma que a existência dos seres não se pode representar por meio de nenhuma intuição a priori: “[...] princípios da necessidade do que é inerente à existência de uma coisa, referem-se a um conceito que não se pode construir, porque a existência não pode representar-se em nenhuma intuição a priori.” (KANT, 1997, p. 15).

Tal afirmação kantiana confirma o cabimento da crítica que lhe é feita por Caetano (2017), de que ele nega a existência dos universais, isto é, daquela essência que torna possível unir em um só conceito uma grande quantidade de seres dotados dos mesmos atributos. Os universais são justamente o que torna possível identificar os seres de modo instantâneo, pelo simples contato com eles. Um universal é uma ideia vaga, genérica, quase invisível, análoga a um fantasma, sem cor, nem tamanho, tampouco materialidade específica, no qual cabem todos os seres inerentes ao mesmo tipo.

Essa limitação do kantismo é que o torna impróprio para estudar objetos complexos, à medida que a complexidade que os caracteriza decorre de atributos deles, ainda que os sujeitos observadores mudem, ou não percebam, ou tergiversem em relação a essas características. Por exemplo: por mais que goste ou resista, todo policial da área de Inteligência é obrigado a reconhecer que a realidade do serviço policial militar engloba aspectos bem mais abrangentes do que escalas de serviço, viaturas, comunicações via rádio, ordens de serviço e vontade dos profissionais de Segurança Pública. Há outros fatores que necessariamente têm de ser considerados,

para que seja possível, por exemplo, evitar que uma ação bem-sucedida seja desmontada quando o preso for levado à audiência de custódia, onde um promotor e um juiz de Direito apreciarão o caso do preso que a Polícia Militar tenha levado até ali.

Há um ramo do conhecimento que não privilegia a absolutização da consciência, preferindo em lugar dela a primazia do ser. Trata-se das Ciências Policiais, que têm um fundo filosófico de valorização do homem, ainda que seja ele momentaneamente um autor de crime. Esse fundo ético se verifica plenamente pela exigência de que a resposta operacional dos órgãos da Segurança Pública seja equilibrada, visando conter o agressor e o levar às raias da Justiça, conduzido preso, a fim de que tenha condições de passar pelo devido processo legal e, em seguida, responda por sua conduta.

Vilela (1974) afirma que a distinção ocorre segundo o modo de atingir a essência das coisas estudadas, e se chamam ciências explicativas as que observam os efeitos indagando as causas, procurando tirar conclusões a partir dos princípios regentes do campo estudado. Ele cita como exemplo a Matemática, na qual são consideradas as verdades universais de quantidades e as suas propriedades, captadas a partir de coisas conhecidas pelos sentidos, bem como a Filosofia, cujo objeto é o ser de cada coisa estudada, aquilo que ele é. O outro tipo de ciência chama-se experimentais, onde se procura a verdade dos seres estudados, partindo-se dos sinais experimentáveis e observáveis, para com isso tentar encontrar a essência oculta presente na coisa estudada.

Reis e Nunes (2019), reportando-se à distinção feita por Vilela (1974) entre ciências explicativas e as positivas ou experimentais, afirmam que as Ciências Policiais integram o segundo tipo (experimentais). Nesse ramo de estudo, os pesquisadores ocupam-se de objetos aparentes, visando produzir efeitos na realidade, para que eles tenham incidência reduzida ou, se possível, deixem de ocorrer nas condutas humanas.

A conduta humana é, por isso, um aspecto que interessa às Ciências Policiais e isso faz delas algo não cartesiano, ao lado de outros motivos diferenciadores em relação aos ramos científicos propriamente cartesianos, onde a

promoção do bem não possui relevância tão evidente e onde a dignidade do homem não recebe tanta valorização como nesse ramo em que se encontram profissionais cujo juramento profissional é o de se dedicar de tal modo ao exercício de um ofício que, se preciso, darão seu bem mais precioso, a própria vida, para que a coletividade não seja prejudicada por malfeitores.

O ser, visto como predisposto, potencialmente, a cometer delitos, e o ser do policial, igualmente predisposto a abordar todas as pessoas com as quais tome contato no serviço operacional, numa blitz de trânsito, por exemplo, a fim de averiguar se da potência de delinquir o sujeito haja passado ao ato, eis o que caracteriza as Ciências Policiais. Os relatórios de ocorrência, preenchidos pelos praticantes do ofício policial e da ciência nele embutida, buscam descrever a essência da conduta, de modo que as instâncias posteriores possam ali encontrar elementos informativos aptos a gerar efeitos no mundo jurídico, tais como o inquérito policial civil pela Polícia Judiciária (Civil), a denúncia pelo Ministério Público e a sentença pelo Poder Judiciário.

Ao lidar com organizações criminosas, inclusive aquela dedicada ao tráfico de drogas, os cultores da Ciência Policial dedicados à atividade de Inteligência têm diante de si um objeto complexo, no qual o assessoramento que eles dão e a ação policial que eles provocam no setor operacional constituem parte de um todo mais amplo, onde são importantes as interfaces com o segmento meta-corporativo formado pelos outros agentes públicos (delegado de Polícia Civil, promotor de Justiça e juiz de Direito) e privados (o próprio advogado a defender os interesses de seus clientes).

Trata-se de um objeto complexo, porque esse todo, forma um sistema dinâmico, em que ora a PM tem a seu favor todos os demais, exceto o advogado de quem seja acusado de ação delitativa, ou contra, e a Corporação policial militar vê-se necessariamente às voltas com a dependência da eficiência dos outros elementos que formam os “nós” dessa engrenagem de combate, para que o sucesso inicial de uma operação desencadeada no setor de Inteligência produza efeitos práticos no mundo físico, isto é, gere o desmantelamento ou o enfraquecimento de tais organizações delitivas.

Um dos aspectos que contam contra o cartesianismo para uso nas Ciências Policiais é que, na avaliação da eficiência contra a criminalidade, contar crimes não é suficiente, sendo preciso utilizar arranjos de observação e mensuração do desempenho que conduzam para além dos números e das estatísticas criminais (REIS et al, 2013). Folloni (2016), ao estudar essa Teoria, aponta conceitos que podem ser úteis ao estudo de modo claro, direto e objetivo, portanto, mais focado, de objetos complexos, que ajudam a ir além dos números e das limitações indicadas por Reynoso (2015) contra o paradigma da complexidade de Edgar Morin.

Um exemplo disso é o conceito de sistemas complexos adaptativos, “[...] nos quais os elementos mantêm suas características no tempo [...]”. Holland (1992, apud FOLLONI, 2016, p. 64). Eles têm por características básicas a evolução, entendida como melhoria da capacidade de sobreviver e se adaptar ao ambiente, o comportamento agregado, que significa “[...] aquilo que emerge das interações próprias do sistema complexo”, a antecipação, ou seja, capacidade de se adequar preventivamente à possibilidade de sofrer perturbações, e o paralelismo, em função do qual “[...] o sistema se adapta - isto é, não muda aleatoriamente, mas responde a estímulos com certa organização.” (HOLLAND, 1992, apud FOLLONI, 2016, p. 66).

Há elos que unem, no mesmo objeto complexo, relacionado ao combate estatal às organizações criminosas de tráfico de drogas no Município de Cuiabá-MT, alguns atores: a “PMMT/Comandantes de Unidades operacionais/Chefes de Agências de Inteligência/tropas de execução de conteúdos produzidos pela Inteligência/redatores de boletins de ocorrência”, o “Poder Judiciário/audiência de custódia”, o “Poder Judiciário/execução penal”, o “Ministério Público/direitos humanos”, a “Ordem dos Advogados do Brasil/patrocínio de causas pró- acusados”.

Tal união interna ao objeto complexo mostra-se observável por meio dessas características apontadas por Holland (1992), porque todos os mencionados mantêm suas características no tempo, apesar de lidarem com algo que é extremamente mutável no tempo e no espaço, que são as organizações criminosas.

Tais elementos apresentam as características de evolução, porque estão sempre sendo aprimorados para levar adiante o princípio da continuidade dos atos da Administração Pública, ou seja, as mudanças de pessoas nas funções não excluem

estas, mas os processos internos de cada envolvido tendem a ser aprimorados pelos gestores que sucedem outros nos seus cargos; dá-se antecipação, porque tanto os órgãos do Estado (PM, Judiciário e MP) como a OAB estão sempre afetando e sendo afetados pelas mudanças na legislação sobre sanções ao crime de tráfico de drogas, formação de quadrilhas, atos de terrorismo, homicídios e outros; apresentam paralelismo, pois não mudam de modo aleatório, mas sim respondem a estímulos que vêm uns dos outros.

A seguir, dá-se a apresentação e discussão dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após a coleta no campo de pesquisa, foi possível associar cada pergunta contida no instrumento de investigação, com o dado estatístico mais expressivo e uma breve consideração a respeito da relevância daquilo que se coletou. O Quadro 1, a seguir, traz esses detalhes que ajudam a compreender, de modo panorâmico, tudo aquilo que foi recolhido junto aos dois públicos participantes dessa captação de percepções.

Quadro 1 – Visão panorâmica dos resultados da pesquisa.

Nº	NÚCLEO DA PERGUNTA	DADO ESTATÍSTICO MAIS EXPRESSIVO	SIGNIFICADO
----	--------------------	----------------------------------	-------------

01	Há presença de facções criminosas em sua área territorial?	<p>Comandantes: 66,7% Extremamente presente; 66,7% Muito presente; 16,7% Pouco Presente.</p> <p>Chefes de AI: 50% Extremamente presente; 16,7% Muito presente; 33,3% razoavelmente.</p>	<p>Os Comandantes têm a percepção quantitativamente mais aguçada do que os Oficiais de Inteligência, quanto à presença de ORCRIM agindo no seu espaço de responsabilidade territorial (83,4% dos comandantes contra 63,7% do Chefe de Inteligência). Possivelmente isso se deve ao maior contato quantitativo que os primeiros têm com o problema, proporcionado pela participação em reuniões, bem como em conversas com assessores internos de vários níveis hierárquicos e distintas funções.</p>
02	As facções criminosas são bem estruturadas no estado de Mato Grosso?	<p>Comandantes: 33,3% Muito estruturada; 66,7% São razoáveis.</p> <p>Chefes de AI: 66,7% Muito estruturada; 33,3% São razoáveis.</p>	<p>Os Chefes de Agências de Inteligência têm a percepção qualitativamente mais detalhada sobre as ORCRIM, quando comparados aos Comandantes (66,7% dos Oficiais de Inteligência contra 33,3% dos Comandantes);</p> <p>Isso se deve, possivelmente, ao fato de que os Oficiais de Inteligência estão lidando mais intensamente do que os Comandantes de Unidades, com nomes, lugares, <i>modus operandi</i> e outras minúcias relacionadas aos integrantes de ORCRIM.</p>
03	As facções criminosas presentes no Estado de Mato Grosso têm relações hierárquicas em suas estruturas internas?	<p>50% Muito hierarquizada.</p> <p>Chefes de AI: 6,7% Extremamente hierarquizada; 83,3% Muito hierarquizada.</p>	<p>Os Comandantes de Unidades têm uma percepção mais intensa do que os Oficiais de Inteligência, quanto à característica hierarquizada das ORCRIM. Isto se explica, provavelmente, pelo contato mais detalhado por parte dos Oficiais de Inteligência, quanto à fluidez e dinamismo das relações de poder dentro das ORCRIM e, entre elas, resultante da característica de extrema volatilidade da posse de autoridade por indivíduos específicos dentro delas e entre elas. Talvez os Comandantes de Unidades se preocupem mais com a desativação integral das ORCRIM e os Oficiais de Inteligência pensem predominantemente na desarticulação de laços entre pessoas ou grupos nas ORCRIM</p>

T

04	As facções criminosas presentes no estado de Mato Grosso têm relações hierárquicas com outras facções criminosas de outros estados brasileiros?	Comandantes: 50% Sim; 16,7% Não; 33% Talvez. Chefes de AI: 83,3 Sim; 16,7% Talvez.	Os Comandantes de Unidades têm uma percepção mais local sobre as ORCRIM do que os Oficiais de Inteligência (50% dos primeiros contra 83,3% dos Oficiais de Inteligência consideram que as ORCRIM estão relacionadas a outras de outros estados. Isto se deve, provavelmente, ao fato que os Oficiais de Inteligência utilizam de modo mais intenso os sistemas informatizados que explicitam conexões entre ORCRIM no nível interestadual e no âmbito nacional.
05	Considera eficiente o trabalho realizado pelas forças de Segurança Pública no enfrentamento às facções criminosas?	Comandantes: 33,3% não é eficiente; 33,3% pouco eficiente; 33,3% muito eficiente. Chefes de AI: 50% Muito eficiente; 50% Razoável.	Os Comandantes de Unidades se destacam em relação aos Oficiais de Inteligência (66,6% avaliam negativamente o trabalho realizado pelas forças de Segurança Pública, enquanto o segundo grupo tem uma percepção menos negativa sobre isso. A causa dessa diferença provavelmente é que os primeiros estão focados numa lógica mais imediatista, por serem cobrados sobre isso pelos escalões superiores e pela imprensa, ao passo que o grupo de Inteligência, por lidar com saberes mais amplos de combate às ORCRIM, acabam sendo mais pacientes e vendo as dinâmicas da criminalidade de maneira geograficamente amplificada.
06	As Agências de Inteligência auxiliam nas ações de enfrentamento às facções criminosas, dentro da sua Unidade de Comando?	Comandantes: 16,7% Extremamente; 50% Muito; 33,3% Pouco. Chefes de AI: 66,7% Extremamente; 33,3% Muito.	A avaliação externa sobre a efetividade das atividades de Inteligência, feita pelos Comandantes de Unidades, traz números menores do que a autoavaliação que os próprios Oficiais de Inteligência realizam sobre o quanto contribuem (66,7% dos primeiros contra 100% dos outros).
07	O combate ao tráfico de drogas tem impacto direto no enfraquecimento das facções criminosas?	Comandantes: 50% Extremamente impactante; 33,3% Muito impactante; 16,7% Razoável. Chefes de AI: 50% Extremamente impactante; 33,3% Muito impactante; 16,7% Razoável.	Os dois grupos entendem que as ações que visam mitigar o tráfico de drogas têm impacto direto no enfraquecimento das ORCRIM (83,3% em ambos os grupos entendem que haja impactos positivos); A possível explicação disso é que tanto os Comandantes de Unidades quanto os Oficiais de Inteligência têm contato direto com as tropas que executam o policiamento: uns, pela presença operacional, supervisionando, inspecionando, comandando, ao passo que os outros estão continuamente lendo e produzindo análises a respeito das situações concretas, que dão amparo ao planejamento do emprego operacional.

08	A atuação do Juiz de Execução Penal tem contribuído para a eficácia das prisões e apreensões de entorpecentes realizados pela PMMT?	Comandantes: 50% Não; 16,7% Pouco eficaz; 16,7% Razoável; 16,7% Muito eficaz. Chefes de AI: 33,3% não; 33,3% pouco eficaz; 33,3% razoável.	Os Comandantes de Unidades têm uma percepção mais negativista em relação à contribuição dos Juizes de Execuções Penais, para o sucesso do combate contra a criminalidade (50% contra 33,3% dos Oficiais de Inteligência). A possível razão para essa diferença é que os primeiros tenham um contato mais do nível institucional com os Juizes, ao passo que os Oficiais de Inteligência se utilizam mais das fontes documentais produzidas pelos magistrados, quando vão elaborar suas avaliações de Inteligência, tais como informe, informação, apreciação e estimativa.
09	A atuação do Juiz de Custódia tem contribuído para a eficácia das prisões e apreensões de entorpecentes realizados pela PMMT?	Comandantes: 66,7% Não; 33,3% Muito eficaz. Chefes de AI: 50% não; 50% pouco.	Em comparação com o que se passa no grupo dos Oficiais de Inteligência, os extremos de avaliação positiva e negativa, dentro do grupo dos Comandantes de Unidades, são mais distantes um do outro, quando se trata da percepção da atuação dos Juizes. Uma possível explicação para isso é que os Comandantes de Unidades são impactados mais diretamente pelo bom ou mau desempenho dos Juizes nas Varas e Comarcas, bem como pela maior ou menor disposição dos magistrados em cooperar com a Polícia Militar. Já os Oficiais de Inteligência não têm o contato tão direto e sentem menos os efeitos de tal performance dos Juizes.
10	A atuação do Ministério Público é um fator positivo nas ações que resultam nas prisões e apreensões de tráfico de drogas?	Comandantes: 16,7% Não; 50% Pouca interferência; 16,7% Razoável; 16,7% Muita Interferência Chefes de AI: 50% Pouca Interferência; 33,3% Razoável; 16,7% Muita Interferência.	Os Comandantes de Unidades destoam um pouco mais negativamente do que os Oficiais de Inteligência, quando se trata do desempenho dos Promotores de Justiça (o primeiro grupo tem 16,7% respondendo que não é satisfatório o desempenho, ao passo que o segundo grupo sequer manifestou de modo tão firme essa negatividade). Uma possível causa disso é a mesma daquela observada na questão anterior quanto aos Juizes.

11	Os conhecimentos produzidos pela Agência de Inteligência contribuem para as autuações em flagrante delito pela Polícia Judiciária Civil?	Comandantes: 16,7% Extremamente relevante; 50% Muito relevante; 16,7% Razoável; 16,7% Pouco relevante. Chefes de AI: 16,7% Extremamente relevante; 83,3% Muito relevante.	Mais de um terço dos Comandantes de Unidades consideram apenas razoável a contribuição dos Oficiais de Inteligência, para o sucesso da operacionalidade, ao passo que a autoavaliação que estes últimos fazem sobre seu próprio trabalho é 100% positiva. A possível explicação para isso é que os primeiros lidam com vários setores de assessoria, ao passo que os Oficiais de Inteligência estão avaliando o seu próprio setor. Isso faz com que o primeiro grupo tenda a diluir as avaliações positivas e negativas entre o conjunto dos assessores, enquanto os Oficiais de Inteligência têm um contato mais específico em relação aos problemas e à resolutividade da área de Inteligência sobre estes.
12	Sobre a interação entre a tropa e a Agência de Inteligência, quando surge a necessidade de cooperação operacional, o(a) senhor(a) avalia boa a interação?	Comandantes: 83,3% muita interação; 16,7% Razoável. Chefes de AI: 33,3% muita interação; 50% razoável; 16,7% pouca interação.	Os Comandantes de Unidades têm uma noção quantitativamente maior sobre interações com a tropa, do que os Oficiais de Inteligência (83,3% dos primeiros contra 33,3% dos segundos). A possível razão para isso é que é próprio do Oficial de Inteligência lidar mais discretamente com a tropa do que com o Comandante de Unidade, do qual ele é assessor, ao passo que a autoridade assessorada necessariamente trava maiores contatos com o pessoal da atividade-fim, porque sabe que disso depende a boa e eficiente convergência dos esforços do pessoal operacional.
13	A qualidade da redação dos boletins de ocorrências pela tropa operacional tem relevância para o nível de dificuldade do trabalho dos advogados que defendem os integrantes das facções criminosas, quanto a estes conseguirem invalidar os resultados operacionais da Polícia Militar?	Comandantes: 33,3% Extrema influência; 66,7% Muita influência. Chefes de AI: 66,7% Extrema influência; 33,3% Muita influência.	A percepção de relações entre qualidade de boletins de ocorrências e nível de dificuldade enfrentada pelos defensores dos infratores da lei, é mais aguçada nos Oficiais de Inteligência do que nos Comandantes de Unidades (66,7% daqueles contra 33,3% destes). Uma possível explicação para isso é que os Oficiais de Inteligência lidam mais com parte documental do combate à criminalidade, pois têm de embasar as análises que fazem para assessoramento aos Comandantes, ao passo que estes têm de se concentrar mais nos aspectos quantitativos do desempenho operacional da tropa que produz os boletins de ocorrências.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ativar o Windows

Acesse Configurações para ativar o Wind

O conjunto dos dados reunidos no Quadro 1, acima, indica que realmente existe em ambos os públicos participantes da pesquisa uma clareza a respeito da existência de algo, complexo, dinâmico, nem sempre estável, tampouco digno de confiabilidade. Essa “coisa” é um objeto complexo, no qual se verificam, por vezes de maneira sutil, aquelas características que a tornam diferente de uma simples rede inter organizacional.

O trabalho dos Comandantes de Unidades e os Oficiais de Inteligência tem diferenças e semelhanças, mas aquelas não chegam a prejudicar o predomínio destas. Isso indica que há uma convergência de esforços dentro do mesmo âmbito organizacional, contra as organizações criminosas. Entretanto, o agregado de respostas coletadas não deixa dúvidas de que certos “nódulos” do objeto complexo estudado são fonte de preocupação para a Polícia Militar, especialmente na percepção dos titulares dos Batalhões.

Do ponto de vista teórico, Morin (2005a) conseguiu captar bem um traço da complexidade, que consiste na baixa adesão dos praticantes do método cartesiano às questões valorativas estáveis e universais, pois os dados coletados indicaram que nem sempre aquilo que a PMMT considera um bem é tomado com a mesma sinonímia pelos outros atores institucionais participantes do mesmo objeto complexo.

Torna-se, a partir dessas considerações, possível caminhar em direção a algumas considerações em caráter de encerramento deste artigo. Por limitações de espaço e de escopo, outras análises que o Quadro 1 permite e sugere deixam de constar das presentes apreciações e ficam para uma oportunidade futura, quando toda a riqueza da Teoria da Complexidade, implícita nesses dados empíricos, possa vir a ser explorada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa nos trouxe um diálogo incisivo sobre o diagnóstico das facções criminosas no estado de Mato Grosso, e seu domínio no território tanto nas periferias como nos centros prisionais, o papel que as forças de segurança tem

para controlar o avanço deste domínio e a função que a Inteligência de Segurança Pública exerce para combater tais articulações dos membros das facções.

A pesquisa apresentou fundamentação teórica na “Teoria da Complexidade”, ligando pontos fundamentais da sua teoria com a pesquisa de campo e vislumbrando a proposta temática ao enfrentamento às facções criminosas presentes no município de Cuiabá. Torna-se necessário realizar um diagnóstico sobre o que facilita e o que prejudica o enfrentamento a essas facções, nos pontos desse objeto complexo em que se situam os juízes de Direito, os Promotores de Justiça, os advogados, os redatores de ocorrências policiais e os Oficiais de Inteligência.

A pesquisa de campo apresentou dois pontos de vista sobre o mesmo problema e como a demanda da Inteligência é capaz de ter dados mais seguros sobre a realidade da permanência e expansão das facções, pois este tipo de trabalho está in loco, ou seja, é por meio dos levantamentos de informações que temos um panorama tanto quanto geral e específico de como essas facções situam no estado de Mato Grosso, e este monitoramento se dá por meios de agentes da segurança que estão diretamente inseridos nas periferias obtendo dados.

Pelos dados coletados, viu-se que a hipótese foi parcialmente confirmada. Internamente, os tomadores de decisão (Comandantes de Unidades operacionais e Oficiais de Inteligência) encontram, respectivamente, condições propícias para administrar as influências dos atores externos envolvidos na atuação da Polícia Militar contra as organizações criminosas, e condições para que os esforços de produção documental e de comunicação com a atividade-fim produzam efeitos no enfrentamento da tropa para com as facções criminosas. Por fim, a principal solução para este enfrentamento é total direcionamento dos órgãos públicos e o fortalecimento de investimento para o trabalho da Inteligência ter este controle dos avanços das facções criminosas, no entanto, aos órgãos competentes do Poder Judiciário se faz necessário o conhecimento mais profundo desta atividade-fim, que é de suma importância no enfrentamento a esses grupos criminosos.

As Câmaras Temáticas de Inteligência (CTI) são excelentes componentes, que a curto prazo poderiam reunir os principais atores das instituições, para que

assim, conjuntamente, possam interagir, discutir e propor ações de enfrentamento às facções criminosas. Além disso, a Teoria da Complexidade pode iluminar outros temas da Inteligência de Segurança Pública, dentre eles, o da prevenção criminal indireta com o uso de indicadores específicos dessa área gerencial. Por fim, a PMMT pode cogitar de modo factível influenciar nas outras partes desse objeto complexo.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Lad. Desvendando o mistério da vida. La Mirada, Califórnia: Illustra Media, 2010. Disponível em: Desvendando o Mistério da Vida: a causa científica do projeto inteligente - YouTube. Acesso em: 26 out. 2021.

ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Vincenzo Coceo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BEHE, Michel. A caixa preta de Darwin. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BEVANS, Stephen B. Models of Contextual Theology. Faith and Cultures Series. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1992.

BOSCH, David J. Transforming Mission. American Society of Missiology Series, no. 16. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1991.

BRASIL, Ministério da Justiça. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - **DNISP**. 4.ed., rev e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Brasília, DF, 2 ago 2013.

BRASIL. Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995. Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Brasília, DF, 3 mai 1995.

BRASIL. Lei nº 9883, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília, DF, 8 dez 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF, 21 dez 2000.

CAETANO, Antônio. O caso Kant. Revista Permanência, Petrópolis-RJ, n. 286, p. 30-43, 2017.

CARVALHO, Adriano Nepomuceno. Inteligência de segurança pública. Belo Horizonte: Centro de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020. (Monografia da Especialização em Gestão Estratégica da Segurança Pública)

CARVALHO, M. Cecília M. Construindo o saber. 15ed. Campinas: Papirus, 2003.

CLEMENTINO, Cláudio Leite. Breves considerações sobre as organizações criminosas.

Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5496, 19 jul. 2018.

Disponível

em: <<https://jus.com.br/artigos/65909>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

DESCARTES, René. Discurso do método. 2ed. 3 tir. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUMONT, Louis. Homo hierarchicus. 2ed. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: EdUSP, 2008 [1967].

FLORIANI, Dimas. Ciências em trânsito, objetos complexos. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 65-80. Disponível em: [v9n1a04.pmd \(scielo.br\)](https://scielo.br/v9n1a04.pmd) . Acesso em: 26 out. 2021.

FOLLONI, André. Introdução à Teoria da Complexidade. Curitiba-PR: Juruá, 2016.

HOLLAND, John. Studying complex adaptative systems. In: Journal of Systems Science and Complexity, n. 19, p. 2, 2006.

HIEBERT, Paul G. The Gospel in Human Contexts. Anthropological Explorations for Contemporary Missions. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2009.

KANT, Immanuel. Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza. Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LAKATOS, Eva Maria; **MARCONI**, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 5ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Mapa das facções criminosas no Brasil. Gazeta do Povo.

Disponível em:

<<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/seguranca-publica/mapa-das-faccoes-criminosas/>

>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MELENDO, Tomás. Entre moderno y postmoderno. Navarra, Espanha: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1997. (Cuadernos de Anuario Filosófico. Serie Universitaria, nº 42)

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 8ed. rev. amp. Tradução de Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Tradução do francês: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 5ed. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre-RS: Sulina, 2015.

NEWBIGIN, Lesslie. The Good Shepherd. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1977.

PAINE, Scott Randall. Chesterton e o universo. Tradução de Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Brasília: UnB, 2008.

REIS, Gilberto Protásio dos. Gestão da defesa social em Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 7, n. 2, 2013, p. 162-181. Disponível em: Vista do Gestão da defesa social em Minas Gerais: contar crimes é suficiente? (forumseguranca.org.br). Acesso em: 26 out. 2021.

REIS, Gilberto Protásio dos; **NUNES**, Reinaldo Brezinksy. Uma teoria da prática policial militar. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública. São José do Rio Preto-SP, v. 2, n. 4, jan.-jun. 2019, p. 133-150. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/61/59> . Acesso em: 22 jan. 2021.

REYNOSO, Carlos. Modelos o metáforas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: SB; Libro Digita, EPUB, 2015.

SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia Científica a construção do conhecimento, 5ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VILELA, Orlando. Iniciação filosófica. 3ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

WALLON, Henri. Do ato ao pensamento. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.